



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

30 DE JUNHO DE 2025



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

30 DE JUNHO DE 2025

No dia trinta de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no piso superior do Cineteatro Vianense, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----
- 3) Proposta de aprovação da 20ª alteração orçamental que integra a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 2.ª alteração modificativa ao PPI; -----
- 4) Proposta de aprovação da nona alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 ainda em vigor.
- 5) Proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de autocarro limpo (elétrico);
- 6) Proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais - Construção do novo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana; -----
- 7) Proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais - Escola Básica de Aguiar.; -----

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

O primeiro secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros: -----

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu -----
- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeiro secretário -----
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário -----
- Paula Alexandra Mendes Maurício -----
- Sara Patrícia Galega Rodrigues -----
- José Jacinto Bento Grave -----
- Marta Sofia São Pedro Lopes Figueiredo Lopes Rebocho -----
- Bernardino António Bengalinha Pinto -----
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro -----
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes -----
- Manuel Jorge de Matos Rafael -----
- Cecília Isabel Pinto Lopes -----
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino -----
- Maria Leonor Botte Ribeiro Fernandes -----
- João de Deus Carapeto Fialho -----



- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar -----
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas -----
- Tânia Alexandra Candeias Milhano, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo. -----

O membro António Manuel Dimas Grosso, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Jacinto Bento Grave. -----

O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Manuel Jorge de Matos Rafael. -----

O membro Ricardo Filipe Malagão Soldado, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Maria Leonor Botte Ribeiro Fernandes. -----

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, estando também presentes as Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, a Senhora Vereadora Rita Rafael, em substituição do Senhor Vereador Miguel Bentinho, e o Senhor Vereador António Costa da Silva. -----

No Período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontrava, como é habitual, disponível para consulta por todos os interessados. -----

Ainda neste período, o Senhor Presidente da Assembleia informou que se encontrava para apreciação a ata da sessão extraordinária realizada no dia 19 de maio de 2025.

Após intervenções dos membros Fernando Janeiro e Bernardino Bengalinha Pinto, que apontaram algumas correções ao documento, a ata foi submetida a votação e aprovada por unanimidade. -----

Não participaram na votação os membros Manuel Jorge Rafael, José Jacinto Grave, Maria Leonor Botte Fernandes e Frederico Carvalho, por não terem estado presentes na sessão a que a referida ata diz respeito. -----

Ainda no Período Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o membro Fernando Janeiro, referindo-se à sessão extraordinária de 19 de maio, na qual o Senhor Presidente da Câmara se tinha comprometido a averiguar quais os passos dados para aferir a legalidade do Regulamento Municipal dos Pavilhões Gimnodesportivos e da Nave do Centro Social de Aguiar, e posteriormente fazer chegar essa informação aos membros. -----

Neste sentido, afirmou que voltava a questionar se o regulamento, aprovado condicionalmente em dezembro de 2023, era ou não legal. -----



Em seguida, tomou a palavra o membro Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, que começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, bem como todos os presentes, incluindo os técnicos que prestavam apoio à sessão, destacando a importância desse suporte para garantir o bom andamento dos trabalhos. Expressou ainda votos de rápida recuperação ao Senhor Presidente da Câmara, sublinhando que a sua presença naquela sessão constituía um sinal positivo de vitalidade. ----- Frederico Carvalho informou que a Junta de Freguesia de Alcáçovas esteve representada, na sua pessoa, nas cerimónias oficiais dos 531 anos do Tratado de Tordesilhas, realizadas no início do mês em curso. Destacou a boa receção que receberam e salientou que ainda ficaram algumas questões por esclarecer, nomeadamente o interesse da freguesia em integrar a Rede Europeia de Cidades da Paz, da qual fazem parte a freguesia de Alcáçovas e o Município de Viana, assim como Évora Monte e Estremoz. ----- Disse também que tinham sido desafiados a formar, juntamente com Tordesilhas, uma espécie de rota das Cidades dos Tratados da Península Ibérica, abrangendo Espanha e Portugal.

~~Prosseguindo, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas transmitiu uma boa~~ notícia, revelando que, independentemente do Presidente da Câmara em funções no próximo mandato, este será convidado oficialmente a participar, pois sempre consideraram que fazia sentido o Município estar envolvido. Destacou ainda que a freguesia de Alcáçovas jamais abdicaria do seu estatuto nesta matéria. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas questionou o Senhor Presidente e solicitou às Senhoras Presidentes das Juntas de Freguesia de Aguiar e de Viana do Alentejo que verificassem junto dos serviços dos CTT, responsáveis pela distribuição postal, se também enfrentam graves constrangimentos. Referiu que, em Alcáçovas, a situação era caótica e que já haviam contactado os serviços regionais de Évora, que alegaram tratar-se de um projeto piloto em fase experimental, o qual necessita de aprimoramento. -----

Salientou que a situação causava transtornos inconcebíveis e inqualificáveis, mencionando casos de pessoas que perderam o Rendimento Social de Inserção (RSI) por não terem sido convocadas dentro do prazo estabelecido, o que levou à perda desse benefício. Reconheceu que, embora a situação deva ser corrigida, isso não elimina o transtorno causado. -----

Neste contexto, exemplificou o caso de uma pessoa que foi convocada para uma consulta no hospital de Évora, mas, ao chegar ao local, foi informada de que a consulta havia sido desmarcada uma semana antes. Apresentou também exemplos relacionados com os cartões de débito do multibanco, nos quais as chaves para ativação chegam após o prazo de validade para ativação. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas deu conhecimento à Assembleia de que, em breve, iria emitir um comunicado, estando apenas a aguardar alguns esclarecimentos por parte dos CTT, os quais exigem que a resposta seja prestada por escrito. Esclareceu ainda que a Freguesia de Alcáçovas mantém um Protocolo com os CTT, contudo, este não está relacionado com a vertente postal. -----



Foi com base nesta distinção que questionou o Senhor Presidente da Câmara se tinha recebido alguma queixa relativa a este assunto. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente reforçou que a Junta de Freguesia irá emitir um comunicado, contudo, essa emissão poderá ser protelada caso as Juntas de Freguesia de Aguiar e de Viana, bem como o Município de Viana do Alentejo, entendam que o mesmo poderá ser feito em conjunto. -----

Acrescentou ainda que a intenção é fazer chegar esta situação à ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), à CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central) e à Secretaria de Estado da Administração Local, no sentido de obter o devido acompanhamento institucional. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu ainda que lhe parecia cada vez mais evidente que os serviços postais, que outrora foram públicos, nestes termos apresentavam muito pouca margem para continuarem a ser geridos em regime de privatização. -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu que o executivo da Junta tem sido insistente na abordagem de diversos assuntos, reconhecendo que ele próprio tem sido muito repetitivo nesse esforço. -----

Enumerou, de seguida, alguns dos assuntos pendentes, destacando, em particular, o problema do cemitério e o problema do Poço Novo. -----

Relativamente a este último, referiu que o Senhor Presidente da Câmara tinha informado anteriormente da existência de um projeto, contudo, o executivo da Junta demonstrou-se sensível à necessidade de obter esclarecimentos adicionais sobre o mesmo. -----

Afirmou que aquilo que o executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas solicita é “algo simbólico”, mas que permita valorizar e aproveitar aquele espaço, o qual descreveu como um anfiteatro natural fantástico, completamente desaproveitado. -----

Informou que, brevemente, se irão iniciar as obras no chafariz, uma vez que este se encontra danificado e carece de uma intervenção mais profunda. Para esse efeito, já foi solicitado o apoio ao Município. Referiu ainda a intenção de instalar uma iluminação simples no local, bem como mesas de piquenique, papeleiras de madeira e algumas vedações, de forma a permitir a criação de espaços verdes, respeitando, no entanto, todos os caminhos vicinais existentes. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Frederico Carvalho, referiu que tencionava insistir junto do Senhor Presidente da Câmara relativamente a este assunto, tendo afirmado que o primeiro e-mail enviado datava, salvo erro, de 30 de setembro de 2024, pelo que o prazo estaria a terminar. Reiterou a sua intenção de que a situação pudesse ser concretizada e, nesse sentido, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que permitisse aos fregueses de Alcáçovas ter a oportunidade de beneficiarem, nomeadamente, da intervenção na área do cemitério, considerando tratar-se de uma questão sensível relacionada com a dignidade da contemplação dos seus entes queridos naquele espaço. Acrescentou que o executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas pretendia dotar o cemitério



das condições mínimas necessárias, de forma a evitar problemas com as campas funerárias existentes. Referiu ainda o caso do Poço Novo. A este propósito, afirmou que, relativamente a todos os projetos, ainda que simples, cuja responsabilidade fosse exclusivamente da Junta de Freguesia, o executivo tinha cumprido integralmente com o que estava previsto. -----

Salientou que o executivo da Junta de Freguesia se sentia constrangido sempre que necessitava de colaborar ou obter uma resposta e um retorno prático, seja de natureza burocrática, administrativa ou em termos de recursos por parte do Município. Manifestou o desejo de que o Senhor Presidente da Câmara tivesse esta situação em consideração, tendo em conta que faltavam, à data, aproximadamente três meses para o final do mandato. Reconheceu as várias inaugurações já realizadas pelo Senhor Presidente da Câmara, bem como outras que se encontravam previstas, mas expressou o seu desejo de que fosse possível apoiar também o executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas nesta matéria. -----

Acrescentou que tal concretização corresponderia a um objetivo importante, que beneficiaria tanto o Município de Viana do Alentejo como a Freguesia de Alcáçovas. -----

Antes de terminar a sua intervenção, o membro Frederico Carvalho manifestou a sua estupefação relativamente aos anúncios de obras que alegadamente irão decorrer na Freguesia de Alcáçovas, bem como noutras freguesias do concelho, esclarecendo, no entanto, que a sua intervenção se limitava à realidade da Freguesia de Alcáçovas. -----

Referiu que cada força política é responsável pela definição da sua própria estratégia de comunicação. No entanto, expressou a sua preferência por uma abordagem que destacasse as realizações concretizadas, através de mensagens como “Aqui, fizemos isto...”, em detrimento de promessas futuras, como “Aqui, vamos fazer...”, uma vez que estas últimas não têm prazo definido para execução e, seguramente, não seriam concretizadas no presente mandato. Acrescentou ainda que, estando a apenas três meses das eleições autárquicas, tais mensagens poderiam ser interpretadas como ações de carácter eleitoralista. Realçou ainda que, para além das questões relacionadas com o Parque Industrial de Alcáçovas e com a Incubadora de Empresas no Mercado Municipal de Alcáçovas, já haviam decorrido seis meses do ano de 2025. Aproveitou a ocasião para lembrar ao Senhor Presidente da Câmara que, na sessão da Assembleia realizada em dezembro de 2024 — na qual muitos dos membros presentes também participaram, tinha sido proferida a afirmação: “O Frederico vai-se fartar de ouvir falar do chocalho em 2025...”. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu que aguardava para ver quais as iniciativas que seriam associadas ao 10.º aniversário da inscrição da Arte Chocalheira como Património Cultural Imaterial da Humanidade com Necessidade de Salvaguarda Urgente, sublinhando enfaticamente a expressão “Salvaguarda Urgente”.-----

Proseguindo, afirmou que estava presente para colaborar, frisando que as suas críticas eram de carácter construtivo, pois considerava que todos mereciam mais e melhor. Neste contexto, aludiu à Mostra de Doçaria, referindo que tinha expectativas mais elevadas relativamente à iniciativa, e indicou que, na Feira do Chocalho, a população ansiava por algo diferente. -----



Do ponto de vista da sua força política, entendeu que não existiu um verdadeiro desafio nem uma abordagem ousada que permitisse afirmar que a Feira do Chocalho apresentava uma nova estratégia e um novo enquadramento. Reconheceu, no entanto, que tal observação poderia tratar-se apenas de uma opinião pessoal. -----

Acrescentou ainda que, há cerca de três anos, teve lugar uma reunião com a ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações –, que contou com a participação do Município e das freguesias. Informou que, à data, não esteve presente por se encontrar em situação de suspensão de mandato, tendo sido representado pela sua colega Bárbara Matadinho. A referida reunião teve como objetivo discutir a melhoria das condições de telecomunicações no concelho. Para ilustrar a gravidade da situação, relatou um episódio recente em que uma avaria na rede MEO deixou a freguesia de Alcáçovas sem qualquer serviço de rede durante cerca de três horas, o que considerou inconcebível nos dias de hoje. -----

Neste contexto, alertou para o facto de que, mesmo que fosse criada uma Incubadora de Empresas, tal investimento poderia revelar-se ineficaz caso não existissem garantias mínimas, nomeadamente em termos de telecomunicações, que assegurassem a continuidade dos projetos a desenvolver. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu que era fundamental dar a devida atenção à situação exposta, reiterando que, por diversas vezes em sessões anteriores da Assembleia Municipal, tinha salientado a urgência de se reivindicarem melhores condições de vida para a população. Esclareceu que estas matérias não são da competência direta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas sim da Administração Central. -----

A título de exemplo, mencionou a necessidade de intervenção na rede rodoviária nacional, a melhoria nos serviços públicos e a situação das instalações da GNR. Relativamente a este último ponto, destacou que o mesmo constava da Ordem de Trabalhos da presente sessão, tendo, por esse motivo, felicitado o Senhor Presidente da Câmara pelo avanço na abordagem deste assunto. Acrescentou, ainda, que outra preocupação relevante era a situação do Posto de Saúde de Alcáçovas. Salientou que, independentemente das condições operacionais, logísticas ou físicas que possam existir para o atendimento dos utentes, sem a devida afetação de recursos humanos, essas melhorias tornam-se ineficazes. -----

Relatou que era raro passar uma semana sem que a Junta de Freguesia de Alcáçovas recebesse uma comunicação informando da indisponibilidade de funcionamento da consulta aberta. Perante esta realidade, questionou qual a utilidade de se investirem recursos em melhores condições físicas, se os serviços continuavam a não estar devidamente assegurados. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas terminou a sua intervenção agradecendo a condescendência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e renovando os votos de pleno restabelecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. De seguida, teve lugar a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, expressou, em seu nome e em nome de todos os presentes, a satisfação por vê-lo com sinais visíveis de recuperação. -----



O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra, cumprimentando todos os presentes e iniciando a sua intervenção com uma resposta dirigida ao membro Fernando Janeiro. -----

Referiu que havia encaminhado a questão apresentada para os serviços da Câmara, mas que não tinha verificado se a mesma já se encontrava resolvida. Assumiu a falha, pediu desculpa pela situação e comprometeu-se a dar uma resposta concreta em breve. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que, no que diz respeito aos CTT, não tinha, até à data, recebido qualquer reclamação formal, o que, no entanto, não significava que não pudesse existir algum problema. -----

No que se refere ao Cemitério, informou que, poucos dias após a reunião realizada sobre o assunto, o engenheiro responsável, que lhe tinha fornecido alguns elementos, entrou de férias. Quando este regressou, foi o próprio Presidente da Câmara que, por sua vez, se encontrava ausente, o que condicionou o seguimento imediato do processo. Contudo, as coisas estão encaminhadas para se fazer a parte do cemitério que os dois tinham falado. Referiu que, embora não se trate da totalidade do projeto, será executada uma parte significativa. -----

Informou ainda que tinha estado a verificar a situação com os responsáveis da Câmara, tendo sido constatado que parte da conduta já se encontrava executada. Acrescentou que seria necessário deslocar-se ao local e proceder à abertura das tampas, a fim de confirmar se a rede estaria completa até ao portão, ponto onde se prevê a realização da nova entrada, conforme discutido com os técnicos. -----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que, assim que regressasse aos serviços da Câmara, seria feita a verificação da situação no local. Caso se confirmasse que a rede já se encontrava instalada até ao ponto previsto, a execução dos ramais e dos sumidouros necessários não representaria uma intervenção de grande complexidade. Nesse sentido, manifestou a expectativa de que, caso tudo decorresse conforme o previsto, a obra pudesse ser concretizada antes do início do inverno. -----

No que se refere ao assunto do Poço Novo, o Senhor Presidente da Câmara informou que a situação se apresentava diferente. Referiu que tinha consultado o arquiteto municipal, que, analisando a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, indicou ser necessário elaborar um projeto contemplando os arranjos exteriores. Acrescentou que esse projeto deverá ser submetido à reunião da Câmara para aprovação. -

O Senhor Presidente da Câmara chamou a atenção para as exigências relativas à Arquitetura Urbanística, salientando que os arranjos exteriores devem obedecer ao regulamento em vigor, sendo este o fundamento para a execução dos referidos trabalhos. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que procurariam simplificar os processos, esclarecendo que não será necessário apresentar projeto para intervenções como pinturas, arranjo do chafariz, pintura da cúpula do poço ou para a calçada. Contudo, será exigido



projeto para outras intervenções mencionadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que considerou pertinentes. -----

Adiantou que iria agendar uma reunião com o Senhor Presidente da Junta e com o arquiteto municipal, com o objetivo de esclarecer os procedimentos a seguir. Salientou ainda que, caso existam ações que possam ser desenvolvidas em conjunto, estas serão promovidas. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a concretização do projeto em questão é do interesse de todos, destacando que se trata de uma iniciativa herdada do anterior executivo. Reconheceu que este projeto é consideravelmente mais complexo e, ao analisá-lo, admitiu não ter condições para a sua execução integral. -----

Por outro lado, considerou que as intervenções propostas pelo executivo da Junta de Freguesia são viáveis, embora algumas delas exijam o devido arranjo exterior. -----

Relativamente à opinião expressa pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas sobre a utilização da frase “Aqui vai nascer...”, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que poderia compreender essa expressão no contexto de obras como a requalificação dos tanques ou da escola. Contudo, esclareceu que não era essa a intenção do executivo camarário, cujo objetivo principal era simplesmente informar a população, “como toda a gente faz”. A título de exemplo mostrou de uma Câmara do partido Socialista que anunciava a construção do Quartel da GNR, utilizando a frase “Aqui vai nascer o Posto da GNR. -----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que esta prática era habitual e adotada por muitos, tratando-se de uma forma de informar a população. Referiu ainda que, conforme era do conhecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, existiam pessoas que acreditavam na concretização da Incubadora de Empresas, enquanto outras se mostravam cétricas. Independentemente do resultado das eleições, sublinhou que esse projeto constituía um compromisso do Município. -----

Salientou que a divulgação dessas informações tinha como objetivo garantir que a população estivesse ciente de que as candidaturas e os projetos estavam formalizados e prontos para execução. -----

O Senhor Presidente da Câmara salientou que existem métodos alternativos de divulgação dos projetos que permitem alcançar um maior número de munícipes, tendo em conta que nem todos acompanham as formas de comunicação atualmente utilizadas. No entanto, considerou pertinente manter aquela forma específica de divulgação, por entender que também cumpre um papel relevante. -----

Relativamente ao assunto do Vale de Alcácer, o Senhor Presidente da Câmara reconheceu que houve uma falha por parte do seu executivo pelo facto de não manter o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas devidamente informado sobre o andamento dos trabalhos. No entanto, assegurou que o projeto está em execução. -----

Referiu não saber se o processo já se encontrava na Câmara Municipal, devido à sua ausência temporária, mas afirmou ter conhecimento de que, até recentemente, o projeto encontrava-se em andamento no gabinete de engenharia. -----



O Senhor Presidente da Câmara referiu que, inicialmente, também julgava que este projeto seria mais simples de executar. No entanto, alertou para a necessidade de um planeamento cuidadoso, evitando repetir erros semelhantes aos verificados há alguns anos no projeto dos “Cinco Moinhos”, onde os moradores passaram a enfrentar problemas de baixa pressão de água devido a uma rede mal dimensionada. -----

Um dos riscos associados ao avanço rápido desta obra era a possibilidade de falta de pressão nas torneiras. Por este motivo, o assunto foi remetido para um gabinete de engenharia. Foi ainda referido que a Câmara Municipal esteve em contacto com as Águas Públicas do Alentejo, no sentido de obter os caudais necessários para garantir o correto funcionamento da rede. -----

Proseguindo, o Senhor Presidente referiu-se às iniciativas relacionadas com a Arte Chocalheira, recordando que, em sessão anterior da Assembleia Municipal, havia mencionado a existência de um projeto para uma iniciativa que estava prevista, mas que acabou por não se concretizar devido à desistência do seu autor. Informou ainda que, neste momento, está a ser desenvolvido um novo projeto, embora seja provável que não se venham a realizar tantas iniciativas quanto inicialmente desejado. Ainda assim, destacou que existem duas ou três iniciativas consideradas relevantes e significativas para assinalar a comemoração do 10.º aniversário da classificação da Arte Chocalheira como Património Cultural Imaterial da Humanidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara realçou, por fim, a importância de se promoverem iniciativas marcantes, que possam constituir verdadeiros marcos históricos em torno do chocalho, na vila de Alcáçovas. -----

Relativamente à Mostra de Doçaria, o Senhor Presidente referiu que não tinha ficado claro se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia se estava a referir à edição anterior ou à próxima. Ainda assim, mencionou que, relativamente à próxima edição, era ainda cedo para avançar com detalhes. No entanto, adiantou que não estavam previstas grandes alterações, embora já tivessem ocorrido algumas reuniões, inclusive com a Confraria dos Doces Conventuais do Alentejo, que manifestou interesse em colaborar e apresentar propostas com vista à sua integração no evento. -----

Em resposta à questão da rede rodoviária, o Senhor Presidente afirmou que esta constituía um dos principais problemas, sendo “o calcanhar de Aquiles”, tanto do Município como da IP – Infraestruturas de Portugal. Referiu que, apesar da vontade do Município em intervir, não dispunha de 5 ou 6 milhões de euros necessários para requalificar todas as estradas. Acrescentou ainda que a IP – Infraestruturas de Portugal, além de não efetuar arranjos nas vias da sua responsabilidade, também não tem colaborado com o Município. Sublinhou que este é um tema que exige insistência junto da referida entidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara voltou a abordar a questão dos CTT, referindo que, embora ainda não tenham sido recebidas reclamações formais, manifestou a sua disponibilidade para se reunir com as Juntas de Freguesia do concelho, com o objetivo de reivindicar



melhorias nos serviços prestados. Caso o problema se verifique apenas na freguesia de Alcáçovas, reiterou igualmente a sua total disponibilidade para intervir. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao membro Bernardino Bengalinha Pinto que começou por referir que já tinha endereçado, anteriormente, votos de rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Câmara. Informou que pretendia colocar duas ou três questões, sendo uma delas relativa à cópia de um parecer jurídico lido na última sessão da Assembleia. Referiu que solicitou esse parecer à colaboradora do gabinete do Senhor Presidente e que informou o próprio Presidente de que tinha feito esse pedido. No entanto, até à data, não recebera qualquer resposta ou contacto. Acrescentou que compreendia a eventual impossibilidade de disponibilizar o documento, mas considerava importante que, pelo menos, fosse prestada alguma informação sobre o assunto. -----

Continuando a sua intervenção, Bernardino Bengalinha Pinto referiu-se à última edição do Boletim Municipal, com especial destaque para o caderno extraordinário. A propósito das observações feitas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, considerou que seria preferível colocar um outdoor com a mensagem “Fez-se”, do que incluir, naquele boletim, a indicação de um montante de cerca de 20 milhões de euros de investimento, acompanhada da menção “Total do investimento do Concelho colocado em execução em quatro anos”. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que consultou duas plataformas de Inteligência Artificial para obter a definição da expressão “estar em execução”, tendo obtido como resposta: “que se iniciou, mas ainda não terminou, que tem pessoas a trabalhar, que está em andamento...”. Nesse sentido, afirmou que, relativamente a alguns dos investimentos mencionados e contabilizados no montante global de cerca de 20 milhões de euros, não encontrava evidência de execução efetiva, mas apenas de intenção de investimento e da existência de projetos de arquitetura e outros elementos preliminares. -- Acrescentou que, tanto quanto é do seu conhecimento, não existem pessoas a trabalhar no terreno nem obras físicas iniciadas relativamente a alguns dos projetos referidos. A este propósito, exemplificou com o caso de uma habitação particular: o facto de o projeto estar a ser elaborado não significa que a obra esteja em execução, esta só se inicia, efetivamente, quando o pedreiro começa os trabalhos. Considerou que é exatamente essa a situação que se verifica neste caso, pois apenas no momento em que as obras forem consignadas ao empreiteiro se poderá considerar que se inicia um investimento e uma obra em execução. - Em seguida, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu-se à freguesia de Aguiar, destacando os investimentos mencionados no Boletim Municipal: a Zona Industrial, com um valor de 800 mil euros; o Bairro Social, com 2 milhões e 500 mil euros; e a Escola Básica, com 396 mil euros — totalizando 3 milhões e 696 mil euros. -----

Relativamente à freguesia de Alcáçovas, salientou os seguintes investimentos: a Escola Básica, com 2 milhões e 488 mil euros; a Incubadora, com 546 mil euros; e o alargamento da Zona Industrial, com 2 milhões e 284 mil euros. -----



Em Viana do Alentejo, destacou a rede de águas, com 2 milhões e 100 mil euros; o Centro Interpretativo da Olaria, com 840 mil euros; e o Posto da GNR, com 1 milhão e 904 mil euros — perfazendo um total de 4 milhões e 844 mil euros. -----

No total, os investimentos referidos ascendiam a cerca de 11 milhões de euros. -----

Perante estes dados, o membro Bernardino Bengalinha Pinto colocou a seguinte questão: sendo estes investimentos apresentados como tendo sido executados no primeiro mandato, quando vierem efetivamente a ser concretizados, constarão dos documentos contabilísticos como investimento do segundo mandato. Tal situação, alertou, poderá implicar uma duplicação dos valores apresentados. -----

No que diz respeito aos outdoors, tema que já havia sido abordado durante a sessão, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que, no caso da freguesia de Aguiar, todos os painéis exibiam a mensagem “Vai nascer...”, o que, na sua perspetiva, significava que “ainda não tinha nascido”. Assim, questionou como poderia considerar-se uma obra “em execução” se, assumidamente, ainda não tinha sido iniciada. -----

Fazendo alusão à referência feita pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente a uma Câmara Municipal de maioria do Partido Socialista, o membro Bernardino Bengalinha Pinto afirmou que, quando se pretende apresentar exemplos de outras autarquias, o mais relevante deve ser a partilha de boas práticas. Recordou que, na última sessão da Assembleia Municipal, apresentou exemplos de boas práticas adotadas por outras Câmaras Municipais, incluindo uma de maioria do Partido Comunista, precisamente por considerar que eram exemplos de trabalho realizado dentro da legalidade e com qualidade, independentemente de serem lideradas pelo Partido Comunista ou pelo Partido Socialista. -----

Proseguindo, o membro Bernardino Bengalinha Pinto afirmou que, independentemente de se tratar de uma Câmara liderada pelo Partido Comunista ou pelo Partido Socialista, não lhe parecia uma boa prática a colocação de outdoors, a três meses das eleições, com a mensagem “Aqui, vai nascer”. Na sua perspetiva, e na da Bancada do Partido Socialista, este tipo de comunicação podia dar origem a diferentes interpretações, nomeadamente a uma perceção de falta de transparência, uma vez que se trataria de um “vazio” do atual mandato. Considerou que a mensagem transmitia a ideia de que a obra não seria concretizada neste mandato, mas sim no seguinte. -----

Recordou ainda que o Senhor Presidente da Câmara havia afirmado que o compromisso assumido era com o Município. No entanto, a três meses das eleições, caso tal iniciativa tivesse sido articulada com os restantes candidatos concorrentes ao ato eleitoral, poderia ser mais compreensível. Acrescentou que, para além disso, este tipo de abordagem poderia também ser interpretado como tendo uma dimensão populista e ainda de eleitoralismo partidário, tal como afirmou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas. -----

Foi ainda referido que esta situação pode criar a impressão de que haverá muita ação no futuro, com o objetivo de melhorar a imagem perante os municípios antes das eleições, o que não foi considerado uma boa opção. -----



Por fim, levantou-se a questão do uso indevido de recursos públicos, pois, segundo o conhecimento da parte interveniente, os placards foram produzidos pelo Município, no estaleiro da Câmara, ou seja, com dinheiro público, e estavam a servir os interesses de uma força política, o que não parecia adequado para o nosso Município. -----

Seguiu-se a intervenção do membro Nuno Grave, que começou por cumprimentar todos os presentes. Recordou que, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, foi retirado da Ordem de Trabalhos o ponto relativo à “Proposta de aprovação do Regulamento Municipal de Teleassistência Domiciliária de Viana do Alentejo”. -----

Na sua opinião, e certamente na opinião de todos, este é um assunto de grande importância, pelo que esperava que fosse incluído na Ordem de Trabalhos da presente sessão, para que pudesse ser finalmente regularizado. -----

O membro Nuno Grave salientou que o ponto foi retirado devido a dúvidas de ordem jurídica, decisão tomada pelo Senhor Presidente da Assembleia, atendendo também à solicitação dos deputados. -----

Por fim, manifestou a importância de se informar sobre o ponto de situação deste tema, que é tão relevante para os munícipes que irão beneficiar do serviço. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas que, antes de iniciar a sua intervenção, pediu ao Senhor Presidente da Câmara autorização para se dirigir ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, referindo que sempre que este quisesse destacar boas práticas, não deveria hesitar em elogiar ou dar exemplos da AD – Aliança Democrática, pois também os havia. -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, manifestou uma dúvida em relação ao projeto para o Poço Novo, pois percebeu que, caso o executivo da Junta de Freguesia quisesse formalizar esse pedido, seria necessário contactar um gabinete de Arquitetura, ou se o processo seria mais simples do que inicialmente pensava. -----

Quanto à questão das frases nos outdoors, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas considerou que se tratava de uma questão de gosto, mas que, na sua opinião, ficaria melhor se fosse anunciado “Fizemos”.

Relativamente à realização de obras, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu-se às palavras do Senhor Presidente da Câmara, que disse que podia ter sido anunciado o projeto de requalificação dos tanques em Viana do Alentejo. No entanto, perguntou que outras inaugurações foram feitas na freguesia de Alcáçovas, para além dos tanques, das lombas e dos postos de carregamento que, embora com atraso, foram concluídos. Perguntou ainda o que é que o Senhor Presidente da Câmara tinha feito que pudesse ser considerado um grande investimento realizado pelo Município de Viana do Alentejo durante o mandato 2021-2025, e que tivesse deixado uma marca indelével no seu percurso enquanto Presidente da Câmara Município. -----

Continuando, referiu-se à última Assembleia Municipal, recordando o assunto sobre a ARU – Áreas de Reabilitação Urbana, que considerou ser um processo relativamente ágil de implementar. Destacou que a ARU de Alcáçovas, como o Senhor Presidente bem sabia,



permitiria que qualquer intervenção em imóveis naquela área classificada beneficiaria de uma taxa de IVA reduzida, entre outras vantagens. Salientou que esta seria uma mais-valia para a requalificação do Centro Histórico de Alcáçovas. -----

A concluir, afirmou que tinha consultado os cadernos eleitorais para o recenseamento das próximas eleições autárquicas e que, apesar de haver uma nota positiva pelo aumento do número total de eleitores em 2025 comparado com 2021, o que é favorável para o Concelho, sentia alguma mágoa pelo facto de a freguesia de Alcáçovas ter registado uma diminuição no número de eleitores. -----

Observou que é certo que existem fatores inevitáveis que ninguém consegue controlar, pelo que pode haver variações no número de eleitores entre freguesias. Segundo os dados de que dispunha, a freguesia de Viana aumentou em 46 eleitores, a freguesia de Aguiar em 24, enquanto Alcáçovas perdeu 20 eleitores. -----

Neste contexto, Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, afirmou que, embora pudesse tratar-se de uma questão residual, acreditava que se poderia fazer mais e melhor no conjunto das três freguesias, de forma mais equitativa. -----

Referiu que Alcáçovas continua a carecer de uma melhor oferta em termos de acessibilidades rodoviárias, telecomunicações e equipamentos públicos, sejam eles da responsabilidade do Município ou do Estado. Sublinhou que o Senhor Presidente da Câmara tem a obrigação moral de exigir ao poder central melhores condições e equipamentos para a freguesia de Alcáçovas, pois esta também é parte integrante do nosso Concelho. -----

Assim, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas deixou este desafio ao Senhor Presidente da Câmara para os três meses que restam até ao final do mandato, apelando ao seu empenho. Pediu ainda a sua ajuda para que Alcáçovas se tornasse um lugar ainda mais bonito e agradável para se viver porque os Alcaçovenses agradecerão, assim como todos os munícipes. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, começando por referir que iria reforçar o pedido anteriormente feito relativamente ao envio do parecer jurídico solicitado. -----

Quanto às observações feitas sobre o suplemento do Boletim Municipal, afirmou que “poderia dizer que se tratava de uma cópia” do que o membro Bernardino Bengalinha Pinto tinha feito no final do seu mandato, embora considerasse que o suplemento do executivo anterior era mais extenso, uma vez que refletia o trabalho realizado ao longo de 12 anos. Acrescentou ainda que, à semelhança do anterior, também tinha sido publicado por volta da mesma altura do ano e com o mesmo objetivo: dar a conhecer as obras realizadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o suplemento era um resumo elaborado com muito cuidado e reflexão, contendo a indicação de obras iniciadas, concluídas, por iniciar e obras candidatas. Relativamente à frase final utilizada na publicação, reconheceu que se poderia discutir se era mais ou menos feliz, mas reafirmou que o conteúdo foi transmitido com clareza e intenção informativa, onde constam os financiamentos garantidos e aqueles que têm de ser submetidos às reuniões de Câmara para aprovação. -----



Reforçou que tudo foi feito de forma muito esclarecedora, pelo que não tinha qualquer peso na consciência quanto ao conteúdo ou à forma como o suplemento do Boletim Municipal foi apresentado. -----

Relativamente às palavras do membro Bernardino Bengalinha Pinto sobre a coordenação deste assunto, afirmou que essa coordenação existiu, uma vez que todas as decisões passaram pelas reuniões de Câmara. Considerou que essa é, de facto, uma forma válida de coordenação. Acrescentou que, sendo o seu executivo o que se encontra em funções, é natural que seja este a apresentar as propostas, mas se as mesmas foram aprovadas em sede de reunião de Câmara, significa que houve efetivamente esse processo de coordenação a que se seguiu a aprovação da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que era natural que esta situação pudesse causar algum incómodo, uma vez que, em apenas quatro anos, foi possível colocar em cima da mesa valores e investimentos significativos. No entanto, sublinhou que tal não deveria ser motivo de desconforto, pois tudo foi feito em benefício do Concelho e não em proveito pessoal do Presidente Luís Miguel ou do atual executivo. -----

Acrescentou ainda que, independentemente da força política que venha a vencer as próximas eleições, o trabalho já realizado e os projetos em curso não terão retrocesso. Reforçou que o mandato ainda não terminou, pelo que não se deveria, naquela data, fazer qualquer tipo de julgamento definitivo sobre o seu desempenho ou sobre os resultados alcançados. -----

O Senhor Presidente da Câmara, referindo-se à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, salientou que nem sempre é necessário haver inaugurações formais para que as iniciativas sejam uma realidade concreta. -----

Como exemplo, referiu a Incubadora de Empresas, os Campos de Padel, os Parques Infantis, os três novos terrenos na Zona Industrial de Alcáçovas, o projeto do Vale de Alcácer e a intervenção na Escola de Alcáçovas, afirmando que todos estes elementos evidenciam que o trabalho está a ser feito e que as obras e investimentos são reais, independentemente de terem ou não sido alvo de cerimónias. -----

Acrescentou que seria impossível inaugurar todas as obras em curso ou concluídas, mas reforçou que o objetivo principal não era realizar inaugurações, mas sim iniciar as obras e garantir que estas avançassem de forma irreversível, deixando assim o Município dotado dos investimentos necessários para o seu desenvolvimento. -----

Por todas estas razões, dirigiu-se ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, afirmando que não foi dita nenhuma mentira no suplemento do Boletim Municipal e que, caso existisse algo que não fosse verdade, deveria ser identificada. Sublinhou que se limitou a informar a população e que, ao longo dos quatro anos de mandato, não esteve constantemente a anunciar obras, optando por comunicar apenas quando tinha a certeza de que os projetos estavam efetivamente concluídos. -----

Relativamente aos placards, esclareceu que se tratava de informação da responsabilidade da Câmara Municipal, pelo que, na sua opinião, não caberia à CDU nem ao Presidente Luís



Miguel suportar os custos das estruturas ou das lonas, uma vez que a informação ali veiculada dizia respeito à atividade institucional da autarquia. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que o outdoor da CDU não foi pago pela Câmara Municipal, mas sim pelo PCP, uma vez que se tratava de publicidade partidária e, como tal, não competia à autarquia suportar os respetivos custos. Afirmou que nunca esbanjou dinheiro público e que sempre teve o cuidado de gerir os recursos da Câmara com responsabilidade. Acrescentou que tanto ele como o seu executivo sempre procuraram gerir a autarquia como se estivessem a gerir a sua própria casa. Recordou ainda que, na sessão anterior da Assembleia Municipal, o membro Bernardino Bengalinha Pinto afirmou que a Câmara estaria mais endividada. O Senhor Presidente da Câmara contestou essa afirmação, referindo que, embora na altura não tenha apresentado os números, agora podia afirmar que, mesmo considerando o empréstimo realizado, a Câmara tem atualmente menos dívida do que no final do mandato do membro Bernardino Bengalinha Pinto. Sublinhou que é importante não esquecer os montantes que a Câmara pagou nos últimos três anos, o que demonstra uma gestão financeira equilibrada. -----

Continuando no uso da palavra e em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, relativamente à questão da perda de eleitores, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que se tratava de um dado interessante, do qual não tinha conhecimento. Acrescentou que, se lhe tivessem perguntado, até pensaria o contrário, e que talvez não estivesse errado, uma vez que há uma diferença entre o número de eleitores e o número de habitantes. -----

Esclareceu que não dispunha de dados concretos no momento, mas, na sua perceção, Alcáçovas teria sido a freguesia que mais pessoas acolheu nos últimos tempos, o que indicaria um possível aumento da população residente. Assim, considerou que a perda de eleitores era um dado relativo, pois não correspondia necessariamente a uma perda de população, tratando-se de realidades distintas. -----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que, de acordo com a perceção que tinha relativamente ao interesse manifestado pelas pessoas em se fixarem em Alcáçovas, e tendo em conta as obras que têm vindo a ser aprovadas naquela freguesia, parecia evidente que havia atualmente uma maior procura por Alcáçovas do que por Viana do Alentejo ou Aguiar. Relativamente à questão colocada pelo membro Nuno Grave, o Senhor Presidente da Câmara referiu que, no momento, não dispunha da informação necessária para responder, mas comprometeu-se a fazer-lhe chegar os resultados oportunamente. -----

Voltou a intervir o membro Bernardino Bengalinha Pinto, esclarecendo que, quando se referiu à coordenação com as outras forças políticas, estava a referir-se especificamente à questão dos outdoors. Acrescentou que desconhecia se o assunto dos outdoors tinha sido submetido a deliberação em reunião de Câmara, mas manifestou a convicção de que tal não tinha ocorrido. -----

Relativamente aos valores de investimento mencionados, afirmou que não pretendia entrar numa comparação direta, mas considerou importante referir que, no seu entender, os



valores de investimento do seu executivo e os do executivo liderado pelo Presidente Estêvão Pereira diziam respeito a despesa efetivamente paga. Sublinhou que nunca foi prática comparar despesas futuras, a serem pagas dentro de três ou quatro anos, como acontece com algumas das obras atualmente apresentadas como investimento realizado no mandato em curso. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu-se ao Boletim Municipal, lendo uma frase do Senhor Presidente Luís Miguel onde se afirma: “Vamos chegar ao final deste mandato com o maior investimento de sempre no nosso Concelho, perto de 20 milhões de euros.”-----

Considerou que essa afirmação não correspondia à verdade e que estava a transmitir uma ideia incorreta à população. Acrescentou que seria excelente que esse valor fosse efetivamente alcançado, e afirmou, em tom irónico, que até votaria no Senhor Presidente Luís Miguel se tal investimento se confirmasse. -----

Prosseguindo a sua intervenção, o membro Bernardino Bengalinha Pinto afirmou que o Senhor Presidente da Câmara se contradizia no seu discurso, ao dizer que gostava de “colocar as coisas em cima da mesa”, uma vez que, no seu entender, isso não era suficiente. Acrescentou que nas sessões da Assembleia Municipal eram, de facto, apresentados muitos assuntos, mas que tal não se traduzia necessariamente em ações concretas. -----

Reforçou as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, relativamente à afirmação anterior do Senhor Presidente da Câmara, quando disse que “Vocês vão ficar fartos de ouvir falar de chocalhos”. Observou que, estando já a meio do ano, ainda não tinha ouvido falar sobre o tema, considerando essa promessa por cumprir. -----

Por último, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que foi pena o assunto do endividamento não ter sido devidamente discutido na sessão da Assembleia Municipal em que foram apreciadas as contas, uma vez que é nesse contexto que essas matérias devem ser analisadas. -----

Acrescentou que, naquele momento, não se encontrava preparado para debater o tema em profundidade, mas destacou que, de acordo com os dados constantes nos documentos, o endividamento, tanto a curto como a médio e longo prazo, aumentou em relação ao ano anterior. Concluiu afirmando que este era um assunto que poderia e deveria voltar a ser discutido futuramente. -----

Referiu ainda que, contrariamente ao que poderia ter sido entendido, não fez qualquer comparação com o anterior executivo, tendo apenas comparado os dados com o ano anterior, uma vez que era essa a informação constante dos números apresentados, e sobre a qual o Senhor Presidente da Câmara não se tinha pronunciado. -----

Acrescentou também que, no mesmo sentido, comparou os dados relativos às perdas de água no sistema, que, segundo referiu, aumentaram de 23% para 39% ao longo de três anos, sendo que, no final do seu mandato, esse valor se situava nos 25%. Alertou para a gravidade destes números, considerando-os preocupantes e merecedores de atenção. -----



O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que respondeu não ter muito mais a acrescentar, reconhecendo que a opinião do membro Bernardino era válida e reiterando que já havia expressado a sua posição. -----

Terminadas as intervenções dos membros da Assembleia, passou-se ao primeiro período de intervenção do público. -----

Tomou a palavra o munícipe Carlos Carvalho, residente em Viana do Alentejo, que se dirigiu à Mesa da Assembleia, afirmando confiar na exigência e rigor desta na elaboração e redação das atas ao longo de todo o mandato. Referiu, contudo, ter ficado surpreendido com a existência de várias incorreções no alinhamento do texto relativo ao primeiro ponto da sua intervenção na sessão da Assembleia de 30 de junho de 2022, ocorrida há três anos. -----

Continuando a sua intervenção, o munícipe referiu o seguinte:

1º assunto: Segundo alguns indicadores socioeconómicos, podemos dizer que, no período pandémico da Covid 19 – iniciado em março de 2020 -, houve uma significativa acumulação de dificuldades para muitas famílias e para outras mais que, não as tendo acumulado, começaram a senti-las.

A esta situação, já por si muito difícil, juntam-se as más consequências provocadas pela guerra na Ucrânia: um mar de problemas, pode-se dizer se houver uma leitura competente dos sinais da realidade.

Se isto é assim, e perante um cenário acentuadamente doloroso para muitas famílias, ao qual o nosso concelho não é exceção, é legítimo perguntar o que pensa fazer o executivo municipal: vai reforçar os apoios já existentes e também criar outros?

Na sequência desta pergunta, pensa proceder à oferta do material escolar a todos os alunos, a partir do próximo ano letivo, aplicando o princípio universal da igualdade?

Pensa o executivo instituir a hora do pequeno-almoço, a partir do próximo ano letivo? (vejamos, como exemplo, a situação das crianças do 1º ciclo: levantam-se às 7.30/ 8:00. Entram na sala de aula às 9:00 e têm o primeiro intervalo às 10.30. Muitas/ algumas certamente (era preciso fazer um estudo sobre isto) só às 10.30 é que têm a primeira refeição do dia, recorrendo ao leite escolar e à fruta que a escola distribui e a outros recursos. Que exigências se pode fazer a uma criança nestas condições?

Instituir o pequeno-almoço das 8:00 às 9:00 horas não é tarefa fácil. Sabemos, todos sabemos, que o carácter pedagógico dos bons hábitos e dos bons comportamentos preciso de tempo para evoluir. Mas também sabemos que para o fazer é preciso promover mecanismos que satisfaçam os objetivos de um projeto, seja qual for a sua dimensão. Digo: com vontade política e o valor da solidariedade é possível.

Para concluir este primeiro assunto, pergunto: o executivo municipal poderá incluir o designado Centro de Férias no programa Summer, a partir do verão de 2023?

O Centro de Férias, a acontecer no litoral, obriga a uma parceria/ um protocolo com as autarquias locais, com as pousadas da juventude, com instituições vocacionadas para a área social, com diferentes associações e tudo o mais que for necessário e possível.



O Centro de Férias proporciona um outro tipo de socialização, outras aprendizagens e outro conhecimento. É todo um mundo novo a descobrir.

2º assunto: com uma pergunta direta: para quando o início dos trabalhos de requalificação da escola Isidoro de Sousa?

3º assunto: A Quinta da Joana.

Está aberta ao público, mas sem as condições exigidas, havendo mesmo algumas zonas do designado circuito que põem em causa a integridade física de quem o utiliza. É, por isso, urgente uma intervenção.

Quando o município avançar para o projeto de requalificação de todo o espaço da Quinta da Joana, poderá ouvir os jovens e recolher as suas ideias expressas, por exemplo, em pequenos questionários com a colaboração do Agrupamento de escolas, criando-se uma oportunidade única de se construir algo que tenha a marca de vontades e interesses satisfeitos, dando-se assim um bom exemplo à comunidade.

Antes do 4º e último assunto, uma observação, se me é permitido.

Fala-se muito na necessidade do desenvolvimento para fixar as populações e, assim, combater a desertificação.

Mas repare-se: não há desenvolvimento se não houver bons apoios às famílias; se não existirem incentivos à natalidade; se não houver boas escolas e boas estruturas na área da saúde; se não existirem bons serviços públicos por parte das autarquias locais; se não houver bons equipamentos desportivos e culturais e bons espaços públicos; se não houver boas acessibilidades e bons transportes, só para dar alguns exemplos. Havendo as estruturas e as condições essenciais atrás mencionadas, já se pode começar a falar em desenvolvimento. E havendo desenvolvimento tudo o resto virá a seguir, sabendo-se que o poder atrativo e apelativo de um determinado núcleo territorial só se obtém à custa desse mesmo desenvolvimento.

4º e último assunto: as comemorações do 25 de abril. Não as que já foram realizadas, mas sim as que se vão fazer.

Para sustentar o que vos vou apresentar a seguir, recorro à explicação e ao esclarecimento que a Drª Maria de Aires me deu quando, numa Assembleia Municipal, questionei o executivo de então sobre a possibilidade de haver um Concurso Público de Ideias a propósito de um mural que estava a iniciar-se.

Foi nessa circunstância que a Drª Maria de Aires disse que qualquer Concurso Público de Ideias precisa de tempo. De um tempo projetado, acrescento.

Ora, é justamente com tempo que gostaria de lembrar que, em setembro de 2023, mais precisamente no dia 9, se vai comemorar os 50 anos do encontro de capitães no Monte Sobral. A propósito deste facto, pensa o executivo municipal – em colaboração com a Associação 25 de abril –, proceder a um Concurso Público de Ideias para assinalar no local a data do acontecimento?

E, com mais tempo ainda, vai-se comemorar os 50 anos da Revolução em abril de 2024. Pensa o executivo municipal proceder a um Concurso Público de Ideias capaz de mobilizar



desde logo toda a comunidade educativa, as várias instituições e proporcionar uma clara afirmação do movimento associativo e, obviamente, da população em geral?

Também é assim que os ideais de abril – desse “dia inicial, inteiro e limpo” como escreveu Sophia de Mello Breyner – podem ganhar alento e permanecer na memória.

Por agora, é tudo.

Não havendo mais intervenções, entrou-se na Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Assembleia deliberou aprovar, por unanimidade, a ata em minuta no final da sessão. -----

Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a Atividade da Câmara – Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o documento em apreciação correspondia ao resumo apresentado nas reuniões de Câmara e que, caso houvesse alguma questão a colocar, estaria disponível para prestar os devidos esclarecimentos.

Interveio o membro Bernardino Bengalinha Pinto, que questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a data prevista para o lançamento da empreitada de construção do Quartel da GNR. -----

Em seguida, referiu-se à última página do documento em análise e solicitou esclarecimentos relativamente aos montantes indicados nas rubricas de água, rendas e outros. Com base na informação disponibilizada, explicou que, na sessão da Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2021, já com o atual executivo e com documento assinado pelo Senhor Presidente Luís Miguel, , essas duas rubricas totalizavam 210 mil euros, ao passo que atualmente somavam 490 mil euros. -----

Partindo do princípio de que se tratam de dívidas a receber, alertou para a necessidade de atenção a esta matéria. Reconheceu que os valores podiam ter origem diversa, mas sublinhou que o montante registava um aumento de 133% desde 2021 e, especificamente desde 30 de junho de 2024, um aumento de 52%. -----

Neste contexto, solicitou esclarecimentos sobre os motivos que justificam estes aumentos. Usou da palavra o membro Nuno Grave, que se referiu ao documento em apreciação e destacou que, segundo o mesmo, no dia 29 de maio realizou-se uma reunião entre o executivo municipal e a IP – Infraestruturas de Portugal, na qual foi abordado o assunto relativo à Estação de Alcáçovas. -----

O membro Nuno Grave afirmou assumir a responsabilidade, por não se recordar de ter visto aquele assunto incluído nas informações prestadas à Assembleia, pelo menos desde 15 de fevereiro de 2022. -----



Recordou que, no dia 15 de novembro de 2021, se realizou uma reunião entre os executivos municipais de Évora e de Viana do Alentejo e a IP – Infraestruturas de Portugal, com o objetivo de impedir a demolição do edifício da estação. Acrescentou que este tema foi abordado no Boletim Municipal de dezembro de 2021, onde consta um registo fotográfico do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Évora, Carlos Pinto de Sá. -----

Prosseguindo, referiu que, na reunião realizada em 15 de fevereiro de 2022, o Senhor Presidente da Câmara sugeriu à IP – Infraestruturas de Portugal a concessão de toda a estrutura edificada da estação de caminho de ferro. -----

Reforçou que, após os acontecimentos anteriormente referidos, não se recordava de ter voltado a ver o tema incluído nas Informações da Atividade da Câmara. -----

Segundo a sua leitura, o que constava agora no documento em apreciação era a indicação de que a IP – Infraestruturas de Portugal iria remeter uma proposta de Protocolo para apreciação do Município. -----

O membro Nuno Grave referiu que, do seu ponto de vista, o que se depreendia desta situação era que a Câmara Municipal teria deixado o tema sem seguimento durante três anos, até ao ponto de ser a própria IP – Infraestruturas de Portugal a tomar a iniciativa de propor a celebração de um Protocolo com o Município de Viana do Alentejo. -----

Neste contexto, solicitou esclarecimentos quanto ao ponto de situação do referido assunto, questionando se não existiria uma alternativa à demolição da Estação de Alcáçovas, se esta seria efetivamente demolida ou, em alternativa, qual o entendimento da Câmara Municipal relativamente ao Protocolo que se encontraria em fase de proposta por parte das Infraestruturas de Portugal. -----

Usou da palavra o membro Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, que se referiu ao assunto abordado pelo membro Nuno Grave, mencionando que recentemente enviou um e-mail ao Senhor Presidente da Câmara sobre o tema. -----

No referido e-mail, sugeria que o Município adotasse uma postura ativa na procura de melhores condições de serviço para a Estação das Alcáçovas. -----

Salientou que faz uso diário daquela estrada e tem observado um aumento exponencial no movimento, destacando que, até há pouco tempo, não havia utilizadores na estação e que, atualmente, verifica a presença de pessoas aguardando na mesma. -----

Sem prejuízo de se reconhecer que, geograficamente, a Estação se encontra localizada no Concelho de Évora, destacou que, caso os serviços municipais ou da freguesia mais próxima, que é Valverde, tivessem de se deslocar diariamente à Estação para prestar algum tipo de serviço, talvez fosse mais conveniente solicitar o apoio da freguesia de Alcáçovas, que se situa logo ao lado. -----

Acrescentou que, no e-mail enviado, anexou uma partilha da página oficial do Município, datada de 15 de novembro de 2021, relativa à tomada de posição conjunta sobre o assunto. Questionou se havia novidades em relação a este tema e manifestou a disponibilidade da



Junta de Freguesia de Alcáçovas para colaborar, caso houvesse entendimento por parte do Município, no sentido de estabelecer uma cooperação mais ágil e institucional. -----
Salientou que existem questões práticas que afetam os utilizadores da Estação, tais como a comodidade, a ausência de casa de banho, a iluminação deficiente e a falta de abrigo adequado face ao calor. Referiu que faria sentido existir uma sala ou espaço que pudesse estar aberto em horários específicos para colmatar estas necessidades. -----
O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas manifestou a sua disponibilidade para colaborar na limpeza das casas de banho, com deslocações bissemanais ou trissemanais. Reafirmou a ~~necessidade de o Município de Viana do Alentejo contestar junto do Poder Central a melhoria das condições dos equipamentos, que são da responsabilidade do poder central, para assegurar melhores condições e comodidade tanto para os residentes do Concelho como para os visitantes que possam beneficiar dessas infraestruturas.~~ -----
O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, respondeu às questões colocadas pelo membro Bernardino Bengalinha Pinto. -----
Relativamente ao concurso para a empreitada do Quartel da GNR, referiu que, como era do conhecimento geral, o assunto constava da Ordem de Trabalhos através da proposta de alteração orçamental e da assunção de compromissos plurianuais. -----
Explicou que, a partir da aprovação dessas condições, o procedimento ficaria em condições de ser lançado. No entanto, não era possível prever uma data exata para o seu início. -----
Acrescentou que não seria viável executar toda a obra durante o ano de 2025, sendo necessário fasear a sua realização nos anos seguintes. Ainda assim, reunidas as condições previstas, o concurso estaria pronto para ser lançado. -----
Relativamente às contas mencionadas pelo membro Bernardino Bengalinha Pinto, o Senhor Presidente da Câmara reconheceu que se verificou, de facto, um aumento significativo. ----
Realçou que, nos tempos mais recentes, o poder de compra das famílias se encontrava bastante fragilizado, o que dificultava o cumprimento de obrigações como o pagamento da fatura da água. Esclareceu que o valor mais elevado das contas em questão dizia respeito, precisamente, às dívidas de consumo de água. -----
Quanto ao outro montante referido, afirmou que era do conhecimento do membro Bernardino Bengalinha Pinto, uma vez que se tratava de uma situação com vários anos, relacionada com rendas de habitações municipais que não eram pagas há mais de 20 anos.-
O Senhor Presidente da Câmara reforçou que, nos últimos dois anos, as dívidas ao Município se agravaram consideravelmente. -----
Considerou que esta situação era injusta para com os munícipes que cumprem regularmente os seus pagamentos. Reconheceu que o Município tem adotado uma postura algo benevolente, nomeadamente pelo facto de não ter procedido a cortes no fornecimento de água. -----
Explicou, contudo, que atualmente os cortes de água são cada vez mais difíceis de executar, uma vez que não podem ser realizados à sexta-feira, nem em casos em que existam crianças



no agregado familiar. -----
Concluiu que esta era a explicação possível relativamente à dívida acumulada para com o Município. -----
O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao membro Nuno Grave, esclarecendo que a informação sobre a referida reunião não poderia ter sido disponibilizada anteriormente, uma vez que se tratou de uma iniciativa do executivo, que propôs à IP – Infraestruturas de Portugal a realização de um encontro para fazer o ponto de situação. -----
Referiu-se ainda à última sessão da Assembleia Municipal, na qual foi abordada a possível demolição da Estação. Explicou que tal tema não foi esquecido, mas sim que, por limitações de tempo e recursos, alguns assuntos acabaram por ficar por tratar. Perante o alerta quanto à possibilidade de demolição daquele edifício, o executivo voltou a exercer pressão junto das Infraestruturas de Portugal, no sentido de agendar uma reunião onde pudessem ser esclarecidos os objetivos da entidade relativamente ao edifício. -----
O Senhor Presidente informou que os objetivos da IP – Infraestruturas de Portugal se mantêm inalterados, nomeadamente a celebração de um protocolo com o Município, com o intuito de evitar a demolição do edifício, caso o Município manifeste concordância. Nesse sentido, foi solicitado o envio do protocolo, com o propósito de avaliar se o seu conteúdo é do interesse do Município. Caso se conclua que o protocolo traz vantagens para o concelho, o mesmo será submetido a reunião de Câmara, seguindo-se os trâmites legais, com vista à tomada de decisão sobre a não demolição da estação. -----
Acrescentou ainda que ficou satisfeito com a disponibilidade manifestada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas para colaborar na manutenção do edifício, considerando tratar-se de mais um património que ficará sob responsabilidade do Município, exigindo, por isso, cuidados regulares de limpeza, reparações e outras intervenções. Sublinhou que a celebração dos protocolos tem sempre em conta estas exigências operacionais. -----
Interveio ainda o membro Nuno Grave, questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre se, de acordo com o que tinha sido exposto, se poderia entender que, caso o protocolo a ser enviado pelas Infraestruturas de Portugal não esteja alinhado com os interesses do Município, será previsível que a estação venha a ser demolida. -----
O Senhor Presidente respondeu que se a Câmara não assumir aquele património, a IP - Infraestruturas de Portugal não teriam problemas em demolir aquela estação, como irá fazer noutros sítios. -----
O Senhor Presidente acrescentou que essa decisão não depende exclusivamente do executivo municipal, mas sim dos membros da Assembleia Municipal e dos Vereadores, que terão a responsabilidade de deliberar sobre o protocolo a apresentar. -----
Interveio ainda o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, admitindo ter ficado com a mesma perceção do membro Nuno Grave. Salientou que o verdadeiro desafio consistia em que o Senhor Presidente da Câmara conseguisse, em articulação com a IP – Infraestruturas de Portugal, encontrar uma solução que inviabilize a demolição da estação,



sublinhando tratar-se de um património de arqueologia industrial de grande relevância para o Concelho. -----

Voltou a intervir o membro Bernardino Bengalinha Pinto, referindo que deixaria uma nota, uma vez que se tinha falado anteriormente de outros Municípios e de boas práticas. Partilhou ter conhecimento de um Município vizinho que enfrentou problemas financeiros na ordem de centenas de milhares de euros, resultantes de uma má gestão relacionada com a questão da água. Reconheceu que é evidente que muitas pessoas enfrentam dificuldades económicas, mas salientou que existem mecanismos de apoio social e outras formas de prestar auxílio a quem realmente se encontra em situação de necessidade. -----

Referiu que aquela situação específica ocorreu porque as pessoas passaram a acreditar que não haveria cortes no fornecimento de água, o que levou muitas a deixarem de pagar, seguindo o exemplo de outras que também não pagavam. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto alertou para a necessidade de um trabalho mais rigoroso nesta matéria e recordou que, durante o seu mandato, bem como no do então Presidente Estêvão Pereira, os cortes de água também eram uma medida difícil de aplicar, mas que, ainda assim, eram executados por uma questão de princípio e com o objetivo de moralizar a situação. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu ainda que existem planos financeiros que permitem às pessoas maior facilidade no pagamento, antes de se chegar à medida extrema do corte. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e, em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, afirmou que a decisão não dependia apenas dele. Contudo, destacou que, utilizando o seu espírito de empresário, tem procurado negociar ao máximo possível, o que tem vindo a fazer, e que essa postura já tem trazido benefícios ao Município. Destacou, no entanto, que a aprovação não dependia exclusivamente do seu executivo, que não detém maioria absoluta, e que, se todos entendessem que a decisão deveria ser outra, ele não poderia interferir. Expressou confiança no bom senso de quem decide e na vontade geral de evitar a demolição da estação, embora reconhecesse que “era um risco que se corria”. -----

Em resposta ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, relativamente aos cortes de água, afirmou que uma parte daquela dívida remonta ao período em que este membro exercia funções como Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente admitiu que a dívida aumentou nos últimos dois ou três anos e que, mesmo com as medidas de cortes de água aplicadas pelo anterior executivo, existiam faturas com muitos anos de atraso. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, que referiu que “não queria ser desmancha prazeres”, mas sublinhou que, ao falar-se na “Estação de Alcáçovas”, estava-se a referir a território pertencente ao Concelho de Évora, e não ao Concelho de Viana do Alentejo. -----

Acrescentou que, por muito mérito que se reconhecesse ao voluntarismo da Câmara



Municipal de Viana do Alentejo, não via de que forma poderia ser estabelecido qualquer tipo de negociação entre as Infraestruturas de Portugal e a referida Câmara, sem que fosse, forçosamente, envolvida a Câmara Municipal de Évora. -----

Reforçou ainda que, tratando-se de território eborense, “a não ser que os eleitos vão de elmo, espada e armadura por esse território fora à conquista do Concelho de Évora”, não via como tal intervenção seria possível. -----

O Senhor Presidente da Assembleia afirmou que compreendia perfeitamente e sublinhava a importância que aquele conjunto edificado representa para o nosso Concelho. Contudo, no que diz respeito à Estação de Alcáçovas, sublinhou que apenas tínhamos o nome, sendo o território pertença do Concelho de Évora. -----

Reforçou ainda que, se a Câmara Municipal de Évora não fosse envolvida neste processo, não via de que forma se poderia avançar. Nem mesmo no caso de a Câmara de Évora declarar que abdicava ou que não tinha interesse no projeto, considerava viável a continuação sem o seu envolvimento formal. ----- Usou da palavra o

membro Bernardino Bengalinha Pinto, para responder ao Senhor Presidente da Câmara, afirmando que este tinha levantado uma questão que constituía um problema. Esclareceu que não pretendia que o Senhor Presidente Luís Duarte assumisse uma dívida que vinha do ano de 2021, mas sublinhou que a gestão não estava a ser positiva, pois a referida dívida tinha aumentado em 133%. -----

Afirmou que era precisamente esse aumento que o Senhor Presidente da Câmara deveria justificar e que, mais uma vez, não o fez. -----

A concluir, declarou que subscrevia inteiramente aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha referido em relação à Estação de Alcáçovas. Referiu que era perfeitamente natural que aquele assunto tivesse impacto no debate, uma vez que dizia respeito à freguesia de Alcáçovas. No entanto, reforçou que o Município de Évora teria obrigatoriamente de participar no protocolo a ser celebrado futuramente. -----

Ponto três) Proposta de aprovação da 20ª alteração orçamental que integra a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 2.ª alteração modificativa ao PPI - A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 7 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU e 11 abstenções por parte dos eleitos do PS e do VIVA, a 20ª alteração orçamental que integra a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 2.ª alteração modificativa ao PPI. -----

Ponto quatro) Proposta de aprovação da nona alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 ainda em vigor - A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 12 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU e do VIVA e 6 abstenções por parte dos eleitos do PS, a nona alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 ainda em vigor. -----

Ponto cinco) Proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de autocarro limpo (elétrico) - Submetido a apreciação e votação a Assembleia aprovou, por unanimidade, a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais



- Aquisição de autocarro limpo (elétrico). -----

Ponto seis) Proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais - Construção do novo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana -Neste ponto da

Ordem de Trabalhos, interveio o membro Bernardino Bengalinha Pinto, que referiu que, na última Assembleia Municipal, tinha questionado o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao Primeiro Contrato Interadministrativo do Quartel da GNR, celebrado entre o Município de Viana do Alentejo e o Ministério da Administração Interna. -----

Este contrato foi assinado em 18 de maio de 2023 e, apenas 11 meses depois, foi publicado o respetivo concurso em Diário da República. O Senhor Presidente da Câmara justificou esse atraso com motivos burocráticos, mas não entrou em pormenores. -----

Na presente sessão, ao questionar novamente o Senhor Presidente da Câmara, no âmbito da Atividade da Câmara, sobre a previsão para o lançamento do concurso, obteve como resposta que, neste momento, não há previsão para o lançamento do referido concurso. – Prosseguindo, referiu que, relativamente à Adenda assinada em 28 de maio, se os prazos fossem semelhantes aos do Contrato Interadministrativo anterior, o concurso seria lançado em abril do próximo ano. No entanto, considerou evidente que tal não iria acontecer. -----

Neste contexto, questionou que burocracias tinham existido no ano anterior e que já não se verificam no presente ano, e como era possível que, tendo sido previsto um montante de 703.943 euros para este ano, não houvesse ainda uma data definida para o lançamento do concurso público. -----

Seguiu-se a intervenção do membro Célia Sabino, que referiu que a sua intervenção ia no mesmo sentido da do membro Bernardino Bengalinha Pinto. -----

Questionou, nesse âmbito, o motivo pelo qual já estava atribuído o montante referido para o ano de 2025, se o concurso público ainda nem tinha sido aberto e ainda seriam necessários vários procedimentos prévios. Sublinhou que se encontravam no final de junho e início de julho, e, até ao momento, o concurso não tinha sequer sido lançado. -----

Seguiu-se a intervenção do membro Nuno Grave, que solicitou uma correção na redação do texto, propondo que a expressão “cuja aprovação ocorreu na sessão ordinária de 19 de maio” fosse alterada para “cuja aprovação ocorreu na sessão extraordinária de 19 de maio”. Em resposta ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que este conhecia ainda melhor do que ele próprio as burocracias com que a Câmara se depara, agravadas pela falta de pessoal. -----

Acrescentou que, se fossem seguidos os prazos do anterior executivo, a obra não se realizaria. No entanto, segundo os prazos estimados pelo atual executivo, a obra deverá ter início ainda este ano, embora não seja possível indicar, neste momento, uma data exata para o seu arranque. -----

Informou ainda que, uma vez aprovado o ponto em causa, na sessão agendada para o dia seguinte, se iniciaria de imediato os trabalhos relativos à elaboração do concurso público. --



Relativamente ao valor apresentado, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o concurso teria de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal. -----

Explicou que existem prazos legais obrigatórios a cumprir, desde a abertura do concurso, passando pelo período para apresentação de propostas por parte das empresas, até à fase de audiência prévia, caso existam vários concorrentes. Considerando esses prazos e a previsão de início da obra ainda este ano, entendeu ser possível executar parte da despesa inscrita, o que justificava a atribuição do valor referido. -----

Salientou, no entanto, que, caso o concurso venha a ficar deserto, não haverá qualquer despesa a realizar. -----

Acrescentou ainda o Senhor Presidente da Câmara que, se não houver dotação orçamental, a obra não poderá ser executada. Contudo, manifestou a sua convicção de que será possível concretizá-la. O valor que eventualmente não venha a ser gasto no presente ano transitará para os anos seguintes. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, que referiu que o valor previsto poderia ser considerado otimista, na medida em que poderia não haver capacidade para executar a totalidade do montante inscrito. Contudo, salientou que, se não estiver prevista uma verba, não será possível lançar o processo. -----

Voltou a intervir o membro Bernardino Bengalinha Pinto, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, afirmando, que “ele vinha em boa forma” e que, em vez de responder às questões colocadas, optava por atacar. -----

Acrescentou que ninguém o estava a atacar e que o Senhor Presidente da Câmara tinha o dever de explicar a razão pela qual aquele valor constava da proposta. Observou ainda que, se fosse o caso, poderia até responder que o valor tinha sido ali colocado “por acaso”. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu ainda que não conhecia as burocracias a que o Senhor Presidente da Câmara aludia e, nesse sentido, citou um parágrafo de uma ata anterior, onde se pode ler:-----

“Quanto à razão pela qual o concurso foi lançado apenas passado um ano, o Senhor Presidente da Câmara explicou que tal se deveu às burocracias do dia a dia e ao facto de que, como referiu, o tempo voa, sendo difícil fazer avançar certos processos, especialmente em períodos mais intensos e confusos de trabalho.” -----

Proseguindo a sua intervenção, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que o Senhor Presidente da Assembleia já tinha esclarecido a questão relativa ao valor apresentado, considerando tratar-se de um “número simpático”. No entanto, questionou como era possível que, no ano anterior, se tivesse demorado quase um ano a lançar o concurso e, agora, sem haver ainda qualquer previsão para o seu lançamento, já estivesse inscrito o montante de 703 mil euros. -----

Neste contexto, procedeu à leitura da última proposta de resolução relativa à aprovação do Quartel da GNR, a qual refere que a minuta do Contrato de Cooperação Interadministrativa para a realização das obras de construção do novo Posto foi aprovada em reunião de Câmara de 25 de agosto de 2021, tendo a sua autorização por parte da Assembleia Municipal



ocorrido em 14 de setembro de 2021. -----

Assim, o membro Bernardino Bengalinha Pinto afirmou que o Senhor Presidente da Câmara não deveria ser arrogante, mas sim demonstrar humildade, pois este assunto é para benefício dos munícipes, e isso é o que realmente importa. -----

Acrescentou que, caso não fosse pelo trabalho realizado pelos anteriores executivos, o atual Senhor Presidente da Câmara não estaria agora a concretizar a obra do Quartel da GNR. ---

O membro Bernardino Bengalinha Pinto acrescentou ainda que o Senhor Presidente da Câmara se referia ao Quartel da GNR como se fosse uma obra sua, mas que o que realmente interessava era que ele respondesse à questão do valor de 703 mil euros, o que até então não tinha sido feito. -----

O Senhor Presidente da Assembleia voltou a intervir, alertando para a utilização de determinado tipo de adjetivação que considerou perfeitamente dispensável. -----

Sublinhou que, ao falar corretamente em Português padrão, todos podem expressar as suas ideias e fazer-se entender, sem necessidade de recorrer a esse tipo de adjetivação. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e afirmou que, desta vez, o processo não iria demorar tanto tempo como anteriormente, uma vez que as peças do procedimento estavam concluídas e o concurso já se encontrava preparado, sendo agora apenas necessário atualizar as datas e proceder ao seu lançamento. -----

Esclareceu que, anteriormente, foi necessário refazer todo o processo, o que não se verifica na situação atual. -----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou ainda que o membro Bernardino Bengalinha Pinto sabia perfeitamente que assim era, mas que optava por fazer determinadas afirmações, como a de que o valor tinha sido colocado “ao acaso”, por lhe ser conveniente dizê-lo.-----

O Senhor Presidente da Câmara reafirmou que a situação era conforme já havia explicado, lembrando que o processo envolve prazos legais de lançamento, fase de audiência prévia, entre outros. -----

Indicou que, tendo esses prazos sido devidamente calculados — e partindo do princípio de que tudo corre como previsto — foi com base nisso que os técnicos da Câmara estimaram o valor inscrito, salientando que não se tratava de um valor definido por si, mas sim por critérios técnicos. Acrescentou ainda que manifestar alguma ambição nesse contexto era, a seu ver, uma atitude positiva. -----

Dirigindo-se ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, o Senhor Presidente da Câmara comentou que “até estava admirado como ainda não diziam que o Posto da GNR era vosso”, referindo, com ironia, que o mesmo já tinha acontecido com a obra do ASA e com a da Escola, o que considerou “fascinante”.-----

Disse também que “já tinha andado na mesma escola do membro Bernardino Bengalinha Pinto”, afirmando que este insistia em pedir-lhe datas específicas com o propósito de, mais tarde, o acusar de não as ter cumprido. Voltou a referir que o concurso seria lançado logo que possível. -----



Discutido o ponto, a Assembleia aprovou, por unanimidade, a Proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais - Construção do novo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana. -----

Ponto sete) Proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais -

Escola Básica de Aguiar – Neste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio o membro Cecília Lopes, referindo que a bancada do VIVA nada tinha contra este ponto. Contudo, referiu que existiam dúvidas quanto à inscrição das verbas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), nomeadamente se todos os valores necessários estavam devidamente previstos. Assinalou que, para o ano de 2025, existia uma verba inscrita, mas que não era claro se o mesmo se verificava para os anos de 2026 e 2027. ~~Por essa razão, solicitou esclarecimento sobre se~~ todos os montantes associados à execução da obra estavam incluídos no PPI.

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia, referindo que, relativamente ao ano de 2027, em princípio, não seria necessária a inscrição de verba para a execução da obra em causa. - Usou da palavra o membro Bernardino Bengalinha Pinto, que, na sequência da intervenção do membro Cecília Lopes, mencionou que as Vereadoras do Partido Socialista tinham solicitado um Plano Plurianual de Investimentos (PPI) atualizado. -----

Referiu que, ao contrário do que se verifica no projeto do Quartel da GNR, cujos valores coincidem com os constantes na proposta, no caso da Escola de Aguiar os valores não coincidem. Especificou que, no PPI, está registada apenas uma verba de 25 mil euros para a referida Escola. -----

Neste sentido, considerou que deveria existir alguma explicação para essa discrepância, a qual, contudo, afirmou desconhecer. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, naquele momento, também não dispunha da explicação solicitada, não sabendo justificar a situação. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto retomou a intervenção do membro Cecília Lopes, sublinhando que esta havia levantado uma questão pertinente, à qual se associava, e que, apesar disso, não tinha sido dada qualquer resposta. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que se tratava de uma questão técnica, para a qual não dispunha de conhecimentos que lhe permitissem prestar esclarecimentos. O membro Bernardino Bengalinha Pinto voltou a intervir, salientando que os eleitos não têm a obrigação de dominar toda a legislação aplicável, mas que compete ao Senhor Presidente da Câmara assegurar que exista alguém com capacidade para responder a esse tipo de questões, o que, na sua opinião, não estava a acontecer. Por esse motivo, ~~lamentou a situação.~~ -----

O Senhor Presidente da Assembleia, face às dúvidas e questões levantadas e à ausência de informação adicional sobre o assunto, questionou os presentes sobre a forma como pretendiam proceder relativamente à continuação do ponto em discussão. Referiu que havia duas possibilidades: ou se assumia que o ano de 2025 estava devidamente provido, o que permitiria, pelo menos, lançar o procedimento e posteriormente verificar se o ano de 2026 estaria ou não contemplado; ou, em alternativa, seria necessário proceder, em primeiro lugar, à alteração do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), de modo a que a



respetiva verba ficasse devidamente inscrita, trazendo-se apenas depois a assunção dos compromissos plurianuais para aprovação. -----

Interveio ainda o membro Frederico Carvalho, referindo que a preocupação dos eleitos do grupo VIVA era, também, perceber qual seria a melhor solução e o que oferecia maior segurança para esta Assembleia deliberar. Acrescentou que, se existissem condições de total confiança do ponto de vista do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), era intenção do grupo VIVA votar favoravelmente aquele ponto. No entanto, salientou que tal só seria possível se a verba estivesse devidamente inscrita no PPI, o que, até à data, não se verificava. De seguida, ~~usou da palavra o Senhor Vereador António Costa da Silva, que começou por~~ cumprimentar todos os presentes e alertou para a importância do assunto em causa, tratando-se de um projeto com candidatura prevista, o que implicava o cumprimento de prazos. Nesse sentido, defendeu que seria necessário encontrar uma solução que não colocasse em risco a candidatura e que viabilizasse a possibilidade de enquadramento no PPI. -----

Referiu que admitia a hipótese de se tratar de um lapso — embora sem certeza — por parte dos serviços, ao não inscreverem a verba correspondente. Não sabendo se tal correção seria exequível de imediato, sugeriu que o ponto fosse aprovado condicionalmente a uma futura correção e ratificação nos órgãos competentes, de forma a não comprometer a candidatura ao abrigo do Programa Regional do Alentejo 2021/2027. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que desconhecia os prazos associados à candidatura em causa, mas considerou pertinente a questão levantada pelo Senhor Vereador António Costa da Silva. -----

Sublinhou a importância de não se perder uma candidatura desta natureza por uma razão meramente administrativa, e manifestou disponibilidade para, caso fosse necessário, convocar uma sessão extraordinária com o objetivo de assegurar o enquadramento necessário. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre qual seria, na sua perspetiva, a melhor forma de resolver a situação. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que acreditava ter existido alguma falha neste processo. -----

Interveio novamente o membro Bernardino Bengalinha Pinto, referindo que a proposta em discussão constituía, de facto, a proposta propriamente dita, e que seria conveniente, no futuro, que a mesma viesse acompanhada de um anexo com a impressão da página relevante do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).-----

Explicou que, se os serviços anexassem a página correspondente do PPI, existiria a preocupação de confirmar a coincidência dos valores, o que não é possível com a informação atualmente disponível. Acrescentou ainda que, relativamente ao ano de 2025, o valor constante no PPI não coincidia com o previsto na proposta, encontrando-se apenas registados 25 mil euros. -----



O mesmo membro acrescentou que seria necessário confirmar se este projeto integrava o plano de ação do Município, uma vez que, a ser esse o caso, não existiria risco de perda de financiamento. No entanto, afirmou não poder garantir que tal se verificasse, sendo necessária a devida confirmação, o que, naquele momento, não era possível assegurar. Em relação à sugestão do Senhor Vereador António Costa da Silva, referiu que aprovações condicionadas eram um procedimento que nunca tinha observado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que, no uso da palavra, manifestou a sua opinião de que o ponto em causa deveria ser votado, mesmo carecendo de correção. Justificou essa posição com o facto de se tratar de uma verba que está garantida, sendo vantajoso iniciar a obra o mais rapidamente possível, preferencialmente durante o período de férias. Acrescentou que só poderiam avançar com o procedimento caso o ponto fosse aprovado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que o que estava a ser solicitado à Assembleia era a pronúncia sobre a assunção de compromissos plurianuais, sendo que a dificuldade residia no facto de o carácter “plurianual” não estar assegurado, uma vez que o ano de 2026, aparentemente, não se encontrava contemplado. Acrescentou que, conforme referido pelo membro Bernardino Bengalinha Pinto, o ano de 2025 não estava suficientemente dotado e o ano de 2026 não constava do PPI. -----

Neste contexto, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que, de forma mais expedita, fosse realizada, numa próxima reunião de Câmara, a alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) que se impusesse, nomeadamente para o ano de 2026. Propôs que se procedesse à correção do valor previsto para 2025 e à devida inscrição da verba relativa a 2026, trazendo-se depois novamente o assunto à Assembleia Municipal, através da convocação de uma sessão extraordinária. -----

Considerou que, dessa forma, a situação ficaria resolvida, ficando o Município devidamente salvaguardado no percurso a seguir. Sublinhou ainda que, entre a realização de uma reunião de Câmara e a marcação de uma sessão extraordinária da Assembleia, o processo poderia estar concluído no prazo máximo de duas semanas, sendo possível, assim, ter a questão completamente ultrapassada até meados de julho. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a decisão não dependia exclusivamente de si e que, na sua opinião, não seria possível realizar uma nova sessão da Assembleia Municipal no prazo de duas semanas. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto interveio novamente, afirmando que a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia era, no seu entender, a mais segura. Acrescentou que, da sua parte, não se sentia seguro relativamente à situação em análise e voltou a sublinhar a importância de o Município dispor de apoio técnico adequado para estes processos. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas usou da palavra para manifestar a sua concordância com as declarações do membro Bernardino Bengalinha Pinto, referindo que a bancada do grupo VIVA também não se sentia segura quanto ao assunto em causa,



considerando mais adequada a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Tendo-se concluído a discussão e constatando-se que o ponto não reunia as condições necessárias para ser votado, o Senhor Presidente da Assembleia propôs a retirada da Proposta de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais – Escola Básica de Aguiar da Ordem de Trabalhos, com o objetivo de permitir a sua correção e posterior reapreciação em reunião da Câmara Municipal, para então ser novamente remetida à Assembleia Municipal. -----

Esgotada a Ordem de Trabalhos, entrou-se no segundo período de intervenção do público. Voltou a intervir o munícipe Carlos Carvalho, cuja intervenção se reproduz: -----

“Diz-se, com fundamento, que a sociologia eleitoral é de uma vasta complexidade. Todavia, é sempre possível vincular alguns fatores determinantes e decisivos para explicar os resultados finais. Assim, entre muitas causas, creio que o descrédito generalizado nas instituições democráticas; o adensar das imensas dificuldades pelas quais passam milhares e milhares de famílias; os sucessivos atos eleitorais sem uma clara melhoria nas condições de vida das populações; o futuro pouco claro e pouco promissor para os jovens; o desperdício de uma maioria absoluta por parte do Partido Socialista; os casos de corrupção moral e material abundantemente noticiados e com as consequências que todos conhecemos; os contágios vindos da Europa e fora dela com ventos favoráveis à extrema-direita; a cobertura mediática dos truques e manhas do populismo; a invenção de mitos sobre a imigração; a desinformação nas redes sociais como uma séria ameaça à democracia e a percentagem considerável de um eleitorado pouco politizado e ao mesmo

tempo desencantado, podem ter contribuído fortemente para os resultados eleitorais obtidos pelo partido chega.

É neste cenário político com uma extrema-direita a soprar as brasas que se vão realizar as próximas eleições autárquicas.

Se acompanharmos com atenção os jornais – o Expresso noticiava que 21 municípios podem ir parar às mãos do partido chega – e também o que vão dizendo analistas e comentadores encartados, concluímos que todos afirmam que o mapa do país autárquico pode dar uma volta. Para pior. Oxalá estejam enganados.

E no concelho de Viana do Alentejo?

No concelho de Viana do Alentejo, o partido chega vai esfregando as mãos, sabendo do resultado alcançado em maio.

Os sinais que derivam desse resultado são seriamente preocupantes. É preciso saber interpretá-los.



Segundo alguns órgãos de comunicação social, o partido chega já tem candidato à Câmara Municipal. Do pouco que já se leu e ouviu, ainda só há a dizer que os ouvidos da N^a Sr^a d' Aires vão ficar bem quentes, a arder. Sabemos no que deu a divisa “Deus, Pátria e Família” durante a longuíssima e cruel ditadura do Estado Novo, identificado historicamente como sendo o fascismo português. Não se enganem com os pezinhos de lã. É que isto anda mesmo tudo ligado. Já não falta muito para sabermos mais.

Perante as várias situações novas no concelho, vejam bem!, tudo deve ser feito, na base do esclarecimento, a fim de se travar a pretendida ascensão, agora também ela no plano autárquico, de um partido que já defendeu, será que ainda defende? a castração química, que é homofóbico, xenófobo, instilando veneno e ódio e tem na sua agenda a prisão perpétua, contando-se também com o desejo de um golpe constitucional através de uma revisão anunciada que levaria o país para uma situação política em que o Estado Social, o Serviço Nacional de Saúde e a Escola Pública desapareceriam, sendo que, cumulativamente, também estariam em risco as nossas liberdades básicas. Tudo próprio e a condizer com uma ideologia reacionária.

Vou concluir: com a transferência e delegação das múltiplas competências que passaram para as autarquias locais em áreas tão sensíveis como a educação, saúde e apoios sociais, ter o partido chega, com a sua matriz ideológica, a deliberar e a executar políticas transversais a todos esses domínios, bem como em tudo o que diz respeito aos serviços públicos e também aos direitos e deveres dos trabalhadores, certamente iria ser um verdadeiro pesadelo. É que, não há fronteiras nem se olha a meios quando os interesses mais retrógrados, obsoletos e saudosistas têm de ser alcançados. Quando isto acontece, é o próprio Poder Local Democrático que passa a estar em causa.

Por agora, é tudo”

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença e a participação de todos os presentes e deu início à leitura da minuta correspondente a esta ata, a qual foi posteriormente votada e aprovada por unanimidade. -

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às 23 horas e 40 minutos do dia 30 de junho de 2025.

Aprovada a 30 de setembro de 2025



O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
